

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2025

## Reunião de Diretoria da CNTI, Secretários Regionais e Federações do Sul



Nesta terça-feira (18), foi concluído o **Ciclo de Reuniões Regionais** envolvendo as Federações de todo o Brasil, iniciado no dia 21 de novembro de 2024. Assim, a Diretoria Executiva, Secretários Regionais e Federações da **Região Sul** filiadas à **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI** realizaram reunião virtual para debater o planejamento de ações para o exercício de 2025, os atos da Diretoria desde o início de seu mandato, além de informes administrativos e políticos.



Presentes na reunião: **Jose Reginaldo**, Presidente da CNTI, **Sonia Zerino**, Secretária para Assuntos de Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso, **Pedro Luiz Vicznevski (Pedrão)**, Secretário de Finanças da CNTI e Presidente da FETIAEG-TO-DF, **João Nadir Pires**, Secretário Regional da CNTI/Sul e Presidente da FTI do Calçado e Vestuário do Estado do RS, **Idemar Antonio Martini**, Presidente da FETIESC, **Genoir José dos Santos**, Presidente da FITI Extração do Carvão do Sul do País, RS, SC e PR, **Renato João Dall'Agnol**, Presidente da FTI de Fiação e Tecelagem do Estado do RS, **Ênio Klein**, Presidente da FTI Artefatos de Couro do Estado do RS e **Ivete de Fátima Vargas**, Representante Profissional e Internacional da CNTI.

## Brasil avançou, mas ainda há desigualdade entre homens e mulheres

Joédson Alves/Agência Brasil



*Relatório sobre equidade de gênero é divulgado pelo TCU*

As mulheres são a maioria da população brasileira, mas ainda enfrentam uma série de desigualdades e violências

em diversos âmbitos. O relatório Revisão de Políticas Públicas para Equidade de Gênero e Direitos das Mulheres, divulgado nesta terça-feira (18) pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mostra que,

apesar de avanços importantes nos últimos anos, as políticas para as mulheres tiveram retrocessos no país e precisam de atenção.

O relatório reúne as diversas iniciativas, programas, políticas públicas, estudos e auditorias realizados no Brasil ao longo dos últimos 30 anos, voltados para garantir os direitos das mulheres.

Segundo o TCU, apesar de garantir os direitos das mulheres por meio de leis e outros instrumentos legais e de o país ter tido avanços desde a Constituição de 1988, nos últimos anos houve retrocessos em termos de institucionalização das políticas públicas para as mulheres, principalmente



durante a pandemia de covid-19, que impactou mais fortemente as mulheres, especialmente as negras.

A secretária de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável do TCU, Vanessa Lopes de Lima, explica que os retrocessos institucionais começaram em 2015, quando a Secretaria de Política para Mulheres perdeu o status de ministério e passou a integrar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. "Isso resultou em menor relevância institucional, orçamento reduzido e paralisação de programas", diz.

Desde então, as políticas para as mulheres foram desempenhadas sempre por pastas que reuniam também outros objetivos, como o Ministério dos Direitos Humanos. Apenas em 2023 foi criado o Ministério das Mulheres, responsável por cuidar especificamente da temática de políticas para as mulheres e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres.

Matéria completa: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-02/brasil-avancou-mas-ainda-ha-desigualdade-entre-homens-e-mulheres>

Fonte: Agência Brasil

## **Estratégias para reverter queda de popularidade: análise e perspectivas**

Antônio Augusto de Queiroz\*

A recente queda na popularidade do presidente Lula (PT) tem levado o governo a adotar medidas estratégicas para reverter essa tendência. O cenário atual é marcado por desafios econômicos, pressões políticas e oposição ativa, que tem explorado temas sensíveis para desgastar a imagem do governo.



Este texto analisa os fatores que contribuíram para o declínio da aprovação popular, as ações adotadas pelo governo para enfrentar esses desafios e as perspectivas futuras em contexto de polarização política.

O diagnóstico do governo aponta 2 eixos principais como responsáveis pela queda na popularidade.

O primeiro é a inflação de alimentos, que impacta diretamente o custo de vida da população, especialmente dos segmentos mais pobres, além do impacto indireto da elevação do valor do dólar, que também teve reflexo sobre a inflação.

O segundo são as denúncias da oposição, que têm ganhado destaque na mídia e no debate público. Entre os temas explorados estão a crise do PIX, com a

suposta tributação de transações financeiras a partir de R\$ 5 mil, a taxação das importações de baixo valor — conhecidas como "blusinhas da shopee" —, e a responsabilização do governo pelo aumento da criminalidade e percepção de corrupção.

Estes fatores, somados à insatisfação de setores do mercado financeiro e do agronegócio, criam ambiente desafiador para a Administração Federal.

### **Estratégia**

Para enfrentar esses desafios, o governo tem adotado estratégia que combina medidas populares e negociações políticas. No âmbito social, foram anunciadas 3 iniciativas para beneficiar a população de baixa renda e a classe média.

A primeira propõe a isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil.

A segunda visa ampliar o acesso ao empréstimo consignado aos trabalhadores do setor privado, com limite máximo de taxa de juros, como já ocorre no consignado dos servidores públicos.

A terceira é a expansão do vale-gás, que deve beneficiar mais de 20 milhões de famílias.

### **Humor da população e descontentamento**

Essas medidas buscam melhorar o humor da população e conter o descontentamento gerado pela inflação e pela crise econômica.

No campo político, o governo tem trabalhado para fortalecer a base de apoio no Congresso, onde o alinhamento com o Centrão é visto como essencial para a aprovação de pautas prioritárias. Entre as ações estão:

- 1) aceleração da reforma ministerial;
- 2) composição das comissões temáticas no âmbito do Parlamento;
- 3) busca por solução para o impasse das emendas parlamentares (com atuação no STF); e
- 4) cobrança sobre o Ibama para autorizar a pesquisa para exploração de petróleo na margem equatorial. Este último tema é de interesse do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e a resolução é vista como forma de garantir o apoio de aliado estratégico.

### **Riscos de descontrole**

Apesar da queda de popularidade, o governo avalia que os riscos de descontrole são limitados. A agenda prioritária, especialmente as proposições com benefícios para a população, tende a ser aprovada com o apoio do Centrão.

**Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2025**

No entanto, a oposição pode criar obstáculos por meio de mecanismos de fiscalização, como a criação de CPI, e campanhas de deslegitimação. Para reduzir o impacto de eventuais derrotas, o governo está disposto a negociar a revisão de vetos ou aceitar a derrubada de alguns desses, principalmente em temas como a Reforma Tributária e a dívida dos estados.

A polarização política, no entanto, continua a moldar o cenário nacional. A oposição tem explorado narrativas críticas ao governo, responsabilizando-o pelo aumento da criminalidade, da carga tributária e da corrupção.

### Comunicação mais assertiva

Para contrapor essas críticas, o governo tem investido em comunicação mais assertiva, adotando slogans como "O Brasil é dos brasileiros", fazendo contraponto à direita, que tem vestido o boné de campanha do presidente estadunidense, Donald Trump. Essa estratégia busca atrair apoio de setores mais conservadores e neutralizar as críticas da oposição.

Olhando para o futuro, a governabilidade do governo Lula parece estável no curto prazo, graças ao alinhamento tático com o Centrão. No entanto, os desafios de longo prazo incluem a manutenção desse apoio e a gestão das expectativas da população em cenário econômico complexo.

A polarização entre Lula e Bolsonaro tende a persistir, com ambos sendo os principais atores no cenário eleitoral de 2026. Enquanto Lula deve buscar a reeleição, desde que sua saúde permita, Bolsonaro deve manter-se como figura central da oposição, podendo lançar o filho, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ou Michelle Bolsonaro, como candidato/a em caso de confirmação de impedimento.

### Polarização como fator determinante

Em resumo, o governo Lula enfrenta cenário desafiador, mas suas estratégias para reverter a queda de popularidade incluem medidas populares, alinhamento com o Congresso e comunicação eficaz.

O sucesso dessas ações dependerá da capacidade de o governo equilibrar as demandas da população, as pressões políticas e as complexidades do cenário econômico.

A polarização política continuará a ser fator determinante, e a dinâmica entre Lula e Bolsonaro seguirá moldando o futuro da política brasileira.

(\*) *Jornalista, analista e consultor político, mestre em Políticas Públicas e Governo (FGV). Sócio-diretor da empresa "Consillium Soluções Institucionais e Governamentais", foi diretor de Documentação do Diap e é membro do Cdess (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável) da Presidência da República - Conselho.*

Fonte: Diap

## Câmara vota proposta que amplia possibilidade de saque do FGTS

*Projeto incluído na pauta prevê saque em caso de nascimento ou adoção de criança.*



José Cruz/Agência Brasil

A Câmara deve votar nesta semana uma mudança na política de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Um projeto de lei (PL 6980/2017) incluído na pauta do plenário desta terça-feira (18) permite que, em casos de nascimento ou adoção de uma criança, os pais possam retirar até duas vezes o salário bruto de qualquer um deles da conta com o maior saldo.

De acordo com a proposta, mulheres chefes de família ou mães solo poderão sacar até duas vezes seu salário bruto em situações de dificuldades financeiras, responsabilidade por pessoas com deficiência, necessidade de promover a própria saúde e a da criança, ou em casos de violência doméstica.

O projeto, de autoria do ex-deputado Julião Amin (PDT-MA), estabelecia que o saque seria facultado ao pai ou à mãe. O relator, Haroldo Cathedral (PSD-RR), modificou o texto para deixar mais claro que o direito também se estende a casais homoafetivos. Como os impactos na saúde financeira do FGTS são imprevisíveis, devido à impossibilidade de se prever quantos filhos uma determinada família terá, o relator propõe que a regulamentação para a liberação do saque seja feita pelo Conselho Curador do FGTS.

Atualmente, o FGTS pode ser sacado em casos como demissão sem justa causa, aposentadoria, financiamento de imóvel habitacional, morte, doenças graves e calamidade pública.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado como um recurso de proteção financeira para trabalhadores formais. Sua administração é realizada pela Caixa Econômica Federal, que é responsável pela gestão dos depósitos, pelo cálculo dos rendimentos e pela liberação do saldo quando necessário. Atualmente, o valor depositado, equivalente a 11,2% do salário bruto do trabalhador, é corrigido em 3% ao ano, além da variação da Taxa Referencial (TR).

Fonte: Congresso em Foco



Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2025

## Espólio pode pedir indenização em nome de vítima de Brumadinho

*Direito integra o patrimônio do trabalhador falecido e pode ser transmitido aos herdeiros*



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que o espólio de um empregado falecido em acidente de trabalho na tragédia de Brumadinho (MG) tem legitimidade para ajuizar ação com pedido de indenização por danos morais e existenciais em seu nome. O espólio é o conjunto de bens que formam o patrimônio do morto, a ser partilhado no inventário entre os herdeiros. Até que haja a partilha, ele é administrado por um inventariante.

### Tragédia de Brumadinho e pedido de indenização

O caso teve origem com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em janeiro de 2019, que resultou na morte de centenas de trabalhadores. O espólio de um dos empregados soterrados ajuizou ação requerendo indenização por danos morais e existenciais sofridos pelo falecido antes de sua morte.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) entendeu que o espólio não teria legitimidade para fazer esse pedido, pois danos morais são considerados personalíssimos e, em regra, não se transmitem aos herdeiros. Com isso, extinguiu a ação sem análise do mérito.

### Espólio pode buscar indenização

O espólio levou o caso ao TST. O ministro relator explicou que, quando reconhecido, o direito à indenização por danos morais e materiais faz parte do patrimônio do falecido e, por isso, pode ser transmitido aos herdeiros. A decisão se baseou no artigo 943 do Código Civil, que determina que esse direito passa para os sucessores, e no artigo 12, que autoriza parentes próximos a buscar indenizações em nome do falecido.

### Direito dos herdeiros e segurança jurídica

Com a decisão, a Terceira Turma do TST determinou o retorno do processo à Vara do Trabalho de origem,

para que o julgamento dos pedidos formulados na ação prossiga.

A decisão foi unânime.

Processo: RR-10949-12.2020.5.03.0087

Fonte: TST

## Ainda sobre comunicação – João Guilherme Vargas Netto



Na vida das pessoas um acontecimento extraordinário merece registro, enquanto o desenrolar comum do dia a dia é apenas vivido.

O mesmo acontece nos meios de comunicação institucionais em que vigora a máxima (até onde o interesse se afirma) de que se um homem morde um cachorro, isto é notícia, enquanto o contrário não merece ser noticiado.

As comunicações por internet, chamadas de redes sociais, são bem diferentes já que um fato anódino pode passar a ser relevante e ter muita divulgação dependendo do empenho de alguns, assistidos por mecanismos robóticos multiplicadores.

O movimento sindical em sua normalidade, ou seja, enquanto exercita suas obrigações e tarefas costumeiras sem ocorrências espetaculares sofre uma dupla interação com os meios de comunicação: para a mídia grande (institucional) não é notícia e, em geral, nem mesmo merece registro e nas redes sociais seus dirigentes e ativistas são surpreendidos por notícias e postagens que viralizam e os desorientam.

É preciso, portanto, que ao continuarem a fazer o que deve ser feito e o que precisa ser feito, os dirigentes e ativistas persistam em uma aproximação crítica, amigável e compreensiva com a mídia grande, enfrentando sua alienação noticiosa e não se contaminem pela efervescência esporádica das redes de internet, aprendendo cada vez mais e com inteligência ao utilizá-las em sua comunicação com as bases.

Que a mídia grande não noticie o que o sindicato faz costumeiramente, que os robôs confundam os trabalhadores porque intoxicam as redes sociais, tudo isso deve ser considerado e enfrentado. Mas, o que não é possível, é que os próprios dirigentes não divulguem suas lutas, suas vitórias e suas conquistas.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Fonte: Agência Sindical